



Vol. 4 nº 8 jul./dez. 2009  
p. 233-242

# SCHOPENHAUER E WITTGENSTEIN: DA IMPOSSIBILIDADE FIGURATIVA DA ÉTICA PELA LINGUAGEM À POSIÇÃO SUBJETIVA DO SUJEITO

Maria Socorro de Lima<sup>1</sup>  
(Unioeste - Campus de Toledo)

**Resumo:** A ética, por não se tratar de uma temática objetiva, produz reflexões no sentido da possibilidade de estabelecimento de uma moral universal ou fatos morais objetivos. Tanto Wittgenstein, quanto Schopenhauer, com suas devidas peculiaridades, abordam a questão da vontade para postular um exercício ético perante o mundo. A construção da argumentação dos referidos autores relaciona as categorias de sujeito, vontade, mundo e conhecimento. O que pretendemos, partindo das considerações de Wittgenstein sobre a limitação da linguagem em abarcar fatos morais, é refletir sobre a ética em Wittgenstein e Schopenhauer, buscando compreender neles como ela se constitui enquanto resultado da postura subjetiva do sujeito frente ao mundo.

**Palavras-Chave:** Sujeito; Vontade; Linguagem; Ética.

SCHOPENHAUER AND WITTGENSTEIN:  
THE INABILITY OF ETHICS FOR LANGUAGE FIGURE OF THE SUBJECTIVE POSITION OF  
SUBJECT

**Abstract:** The ethics, as it is not an objective issue, produces reflections towards the possibility of establishing of an universal moral or objective moral facts . According to Wittgenstein and Schopenhauer, with their respective peculiarities, they deal with the subject will to posit an ethical exercise before the world. The authors arguments construction relate the categories of subject, will, world and knowledge. This paper wants, based on Wittgenstein considerations about the limits of language to apprehend moral facts, is to reflect on ethics in Wittgenstein and Schopenhauer, trying to understand them as it is constituted as a result of the subject's subjective attitude before the world.

**Keywords:** Ethics; Will; Language; Subject.

## 1. INTRODUÇÃO

Uma das questões que permeia a problemática da ética consiste em abordá-la mediante o estabelecimento de fatos morais objetivos. Existem discussões a respeito de contextos que envolvam esse estabelecimento, sejam culturais, cognitivos etc.. Entretanto, no presente texto, pretendemos nos reportar às considerações de Wittgenstein no tocante à possibilidade lógica de estabelecimento de conceitos morais objetivos. Para esse autor, a linguagem pode debruçar-se somente sobre objetos que possam ser predicados, figurados e a ética não permite ser analisada desta forma, o que impossibilita tratá-la na perspectiva da objetividade.

Partindo das considerações de Wittgenstein sobre a linguagem, nos reportaremos a Schopenhauer e Wittgenstein para compreender como ambos argumentam sobre a relação que o homem estabelece com o mundo. Por meio dessa compreensão, pretendemos identificar a possibilidade da ética mediante o entendimento por parte do sujeito da forma como se insere, relaciona, identifica e ordena o mundo, tendo como resultado a abertura para um posicionamento ético frente ao mesmo.

## 2. ÉTICA E LINGUAGEM

Para tratarmos da questão da ética no contexto da possibilidade de conceitos objetivos, torna-se importante entender a eficácia e o alcance da linguagem, na busca de se estabelecer conceitos que correspondam, na realidade, a atos morais. Essa possibilidade deve estar isenta da contingência que caracterizam as ações na sua concretude. Tal delimitação proporcionará aos indivíduos elementos, mediante o entendimento sobre o alcance da linguagem na definição de fatos morais objetivos, para orientar suas decisões.

As questões que norteiam a busca por conceitos éticos objetivos são: há resposta correta para o estabelecimento de normas para as ações? Há como delimitar fronteiras entre aquilo que é certo ou errado? Se existem essas possibilidades, elas podem proporcionar um direcionamento coletivo para essas considerações, alcançando-se a objetivação em termos de conceitos morais? Nas palavras de Martinez [2006, p. 69] "O termo objetivo significa aqui, simplesmente, a possibilidade de convergência em considerações morais".

Portanto, a busca pelo estabelecimento de conceitos objetivos na ética, de maneira que possam permitir a convergência a respeito das respostas sobre a mesma, primeiramente passa pela investigação do alcance da linguagem para tratar de questões dessa natureza. É necessário esclarecer a qual instância pertence a ética e qual é o limite das discussões sobre a ela. É no horizonte da possibilidade ou não de convergência sobre fatos morais que adentramos ao campo da linguagem.

O entendimento sobre seu alcance permitirá o deslocamento da discussão no sentido de que, se porventura não há como predicar, figurar os objetos da ética - o que viabilizaria a concordância no estabelecimento de fatos morais -, então nos é possível efetuar uma reflexão sobre ela enquanto uma atitude, uma posição subjetiva do homem frente ao mundo.

Para Wittgenstein, a problemática da ética se insere num campo ao qual a linguagem não abarca, nem tampouco filosoficamente pode-se tratar dela como prescrição de regras para conduta. A ética, enquanto objeto da filosofia, não consegue estabelecer normas para comportamentos. Não faz parte de seu universo estabelecer regras daquilo que é certo ou errado, mesmo porque não existem conceitos éticos sobre os quais a filosofia pudesse se debruçar e analisar, pois a ética na concepção de Wittgenstein:

Enquanto parte da filosofia, ela não é uma *doutrina* moral particular que estabelece um conjunto de regras específicas que devem ser seguidas. A filosofia não é uma atividade moralizadora. Nela não há lugar para uma ética normativa. O que podemos fazer sob o ponto de vista da "linguagem", é analisar, por exemplo, a natureza dos juízos éticos [DALL'AGNOL, 1995, p.18].

Para falar sobre a ética, no tocante ao estabelecimento de conceitos morais objetivos, seria necessário que a linguagem conseguisse abarcar problemas dessa natureza. Entretanto, ela é carente nesse sentido. Para a linguagem esclarecer as questões da ética, esta deveria permitir predicá-la, adjetivá-la, através das operações lógicas. Todavia, não há um conceito e na realidade, um objeto correspondente, que consiga abarcar as questões da ética. Logo, não conseguimos estabelecer referência entre um possível nome e um objeto moral específico, o que impossibilita qualquer figuração. É por não permitir a figuração que a ética não deve ser inserida no campo do dizível, como os demais objetos sobre os quais a lógica se debruça. Para conhecermos os objetos, do ponto de vista da lógica, é necessário fazer a distinção entre aquilo que pode ser dito e não dito, sendo que, para ser inserido no campo do dizível é necessário cumprir alguns requisitos. Wittgenstein limita o campo do dizível aos seguintes aspectos: nomes simples que tenham referência; que estes nomes possuam combinação na proposição; que a combinação seja idêntica à realidade, assim podendo lhe atribuir verdade ou falsidade. Finalmente, que por meio das operações lógicas possam ser derivadas outras proposições.

As considerações de Wittgenstein se reportam sobre a estrutura da linguagem, demonstrando que o que pode ser expresso por proposições é o que pode ser pensado, que por sua vez refere-se aquilo que pode ser dito, que se configura nas proposições com pretensões de sentido. Nas palavras de Martinez: "o que é pensável pode ser apresentado através da pintura lógica, isto é, o que pode ser descrito em linguagem figurativa" (2001, p.165).

Ao contrário disso, em relação à ética, não podemos inseri-la no conjunto de objetos, conceitos, sobre os quais seja possível debruçar-se e dar definições, dizer

algo. Sobre essa temática podemos apenas falar, mostrar, o que necessariamente nos direciona às ações. Importante ressaltar que para permitir uma análise filosófica sobre a moral, seria necessário que algum conceito estivesse dado, para esmiuçá-lo. Entretanto a ética não possui um conceito determinado, o que impossibilita desconstruí-lo, eliminando qualquer busca pela verdade por proposições. As expressões da ética não possuem as condições de dar sentido àquilo que expõe. Elas configuram-se como sendo contra-sensos, o que não significa que carrega alguma falsidade, mas sim uma carência de sentido, justamente em razão dos limites da linguagem.

A carência de condições que permitem a uma proposição ter sentido, o que inviabiliza a linguagem abarcar determinado objeto, insere a ética no “conjunto de normas” que mostra o que deve ou não deve ser feito. Não adianta perguntar sobre a falsidade ou verdade de uma regra de conduta, pois as expressões sobre a mesma não dão conta dessa distinção. Resta apenas entendê-la como uma ferramenta para regular o convívio entre as pessoas, ou, como pensa Wittgenstein, “como um conjunto de pseudoproposições que normatizam as relações interpessoais, elas mostram o que deve ou não ser feito. Contudo elas nada dizem. É absurdo perguntar pela falsidade ou verdade de uma regra moral. Elas são bipolares” (DALL’AGNOL, 1994, p.62).

Para que a representação do mundo tenha sentido para o sujeito, é necessário que ele seja compreendido como sendo “tudo o que é o caso”, que Wittgenstein define como a “existência de estado de coisas”, que são as ligações lógicas que podem ser estabelecidas entre os objetos. Os objetos podem apresentar-se de diversas maneiras, o que significa as suas possibilidades, que pertencem à sua natureza, pois para Wittgenstein “Na lógica, nada é casual, se a coisas pode aparecer no estado de coisas, a possibilidade do estado de coisas já deve estar prejudgada na coisa” (TLP, aforismo 2.012, 1994, p.135).

Todavia, não há como inserir a ética no conjunto dos objetos que se apresentam em “estados de coisas”, que segundo Wittgenstein, consiste na substância do mundo. Os problemas da ética não se apresentam como um objeto fixo, que possa na proposição ser representado por um nome, o qual na realidade possua uma referência. A ética não pode ser afigurada, pois não se caracteriza como um objeto (coisa) que possua condições de aparecer em estado de coisas. Conforme delimitado por Wittgenstein, “A figuração afigura a realidade ao representar uma possibilidade de existência ou inexistência de estados de coisas” (TLP, aforismo 2.201, 1994, p.145). No entanto, à ética isso não é possível, sua problemática não pode oferecer as condições de identificação que um objeto deve ter para poder ser figurado.

### 3. A ÉTICA NA RELAÇÃO SUJEITO-MUNDO

Especificadas as condições para que um objeto possa ser dito pela linguagem, dos requisitos necessários para poder ser predicado, adjetivado, enfim conhecido, e da carência da ética em se inserir no campo do dizível, adentramos ao universo da relação sujeito-mundo. A partir do entendimento das colocações de Schopenhauer e Wittgenstein, pretendemos entender qual prática moral é possível, considerando o seu exercício relacionado, respectivamente, à compreensão da essência do mundo e na aceitação dele como totalidade de fatos.

Para Schopenhauer o homem se relaciona com o mundo numa relação sujeito-objeto, sendo o mundo representado pelo sujeito, mediante as formas do espaço e tempo e causalidade. A relação estabelecida com o mundo é de vinculação entre sujeito e representado, fazendo surgir daí uma percepção de dependência dos objetos para aquele que representa. Essa situação faz com que o homem condicione a existência do mundo à sua própria existência, acreditando que, com o seu sucumbir, o mundo também deixa de existir, entendendo a sua morte como o fim de tudo. “[...] Noutros termos, toda natureza exterior ao sujeito que conhece, portanto todos os demais indivíduos, existem apenas em sua representação: sempre está consciente deles apenas como sua representação, portanto de maneira mediata, como algo dependente de seu próprio ser e existência” (SCHOPENHAUER, 2005, p.426).

A mudança dessa percepção requisita um conhecimento intuitivo sobre qual é a essência do homem, do mundo. Para Schopenhauer, o mundo é dotado de um fundamento: a vontade. Ela pertence a tudo que compõe a natureza, sendo que aparece, objetiva-se gradualmente em tudo que existe, tendo no homem sua objetivação mais perfeita. Essa vontade traduz-se como sendo um impulso cego, carência, e constante esforço pela sua objetivação e preservação no mundo através dos fenômenos. Entretanto, no homem, ela vai se apresentar de forma individualizada, manifestando-se como um querer incessante, e sempre que ela alcança a realização de um dado desejo, retoma nova busca, num contínuo processo de procura por satisfação para livrar-se do sofrimento inerente à falta.

À objetivação da vontade que se efetiva no homem, sua individualização, Schopenhauer denomina caráter. Nele a vontade se apresenta de forma particularizada, diferenciando os homens entre si. São as características peculiares de cada indivíduo, inatas a cada ser, que fazem com que os indivíduos sejam naturalmente inclinados à maldade ou a bondade. Eles são determinados para as mesmas carências e reações, e, tendo em vista a caracterização definitiva de sua vontade, sempre que influenciados por motivações específicas, reagirão da mesma maneira. Isto significa que, estando determinados essencialmente, não há possibilidade para que um indivíduo, via de regra, possa agir de forma diferente, em situações iguais, quando influenciado pelos mesmos motivos, pois “[...] a maldade é tão inata ao maldoso como o dente venenoso ou a glândula venenosa da serpente. Também como ela, ele não pode mudar” (SCHOPENHAUER, 1995, p.181). E ainda: “[...] A

Vontade, cujo fenômeno é toda experiência e vida do homem, não poderá mentir no caso particular. O que homem quer em geral sempre quererá no particular” (SCHOPENHAUER, 2005, p.378).

A prática moral para Schopenhauer perpassa pela superação da relação de individualidade que o homem estabelece com o mundo, no tocante à maneira como concebe a sua existência e na limitação da realização, da concretude do seu querer. Embora exista uma relação específica, peculiar do sujeito e o mundo representado, até mesmo em razão da essência individual. Todavia, para o exercício da moral, é necessária a superação por parte do sujeito da noção de individualidade, o que permitirá não só o entendimento de que sua existência não sucumbirá com sua morte fenomênica, como também será o fundamento do exercício da moral da compaixão. Como alternativa para superar a carência contínua, em face da compreensão sobre qual é o fundamento da existência humana, Schopenhauer apontará uma possibilidade de direcionamento para o sujeito, onde não só permitirá uma posição ética, mas também caracterizará como sendo a única oportunidade de “virada” do sujeito, pela qual poderá renunciar a todo sofrimento ao qual é impelido. “Os limites da minha linguagem significam os limites do meu mundo” (WITTGENSTEIN, TLP, aforismo 5.6, 1994, p. 245).

Para Wittgenstein, a relação que se efetiva entre o homem e o mundo é medida pela linguagem. O mundo correspondente a cada indivíduo apresenta-se naquele que sua linguagem permite abarcar - lembrando que o que não pode ser pensado não pode ser dito, e por sua vez o que pode não ser dito não pode ser pensado. Essa limitação ocorre em razão de que o sujeito que significa o limite do mundo, pensa e representa, tem a compreensão do mundo condicionada à linguagem que ele entende. A relação que estabelece com ele é aquela possibilitada pelos recursos apresentados pela sua linguagem. Ele não conseguirá visualizar algo além do que essa ferramenta lhe propicia. É por essa razão que estabelecerá uma vinculação única, donde o resultado será uma relação de identificação, entre seu eu e o mundo que representa, que entende, portanto que figura, chegando à conclusão de que “[...] eu sou o meu mundo. (O microcosmos.)” (TLP, aforismo 5.63, 1994, p. 245).

A relação estabelecida do sujeito com o mundo não pode ser descrita. O mundo com o qual se relaciona não está determinado *a priori*. A coordenação da realidade que se apresenta para o sujeito está vinculada à forma peculiar que estabelece com o mundo, a qual passa a ser dotada de sentido como “o mundo e a vida são um só” (TLP, aforismo 5.621, 1994, p. 245). Para o sujeito esta relação é intrínseca, ele não compreende uma existência diferente daquela específica que estabelece com o mundo, e é nessa relação que o sujeito concebe sua individualidade, se percebe enquanto único. Tal percepção que possui do mundo, das coisas que estão nele, num espaço, numa amplitude é o que Wittgenstein designa como “campo visual”. Nele estão as coisas que podem ser pensadas, conhecidas, enfim ditas pela linguagem. O sujeito que estabelece essa relação também não pode ser descri-

to, não pode ser apreendido pela lógica, o que fica caracterizado é a realidade para a qual estabelece uma ordem. Entretanto, ele mesmo não pode ser figurado, pois como sujeito que representa, não pode ser apreendido como objeto.

Os estados de coisas que se apresentam no mundo não possuem determinação alguma que pudesse condicioná-lo a ser de uma maneira específica. A lei da causalidade, à qual se atribui um caráter de necessidade não se insere dentro da possibilidade lógica. O que historicamente ocorre é atribuir, por indução, no tocante aos fenômenos naturais, um caráter de consequência, em razão de observações sobre aquilo que cotidianamente acontece. O fato de o sol aparecer toda manhã não se insere na necessidade lógica. A linguagem não consegue abarcar, descrever, figurar a ligação do acontecimento desse evento natural, pois “O que se pode descrever pode também acontecer, e o que cumpre à lei de causalidade excluir tampouco se pode descrever” (TLP, aforismo 6.362, 1994, p.273).

Portanto, não há como prever acontecimentos na natureza, alicerçada em observações do dia a dia, pois a indução de consequência não é uma necessidade lógica, mas a crença na sua ocorrência é devido a um processo psicológico. Neste sentido, ao que acontece no mundo, não pode ser atribuído necessidade com base numa aparição de fenômenos naturais. Por outro lado, a possibilidade das coisas poderem apresentar-se tanto de uma forma como de outra, demonstra que a relação do sujeito com o mundo é de ordenação daquilo que se apresenta para ele, jamais de interferência de seus desejos no resultado dos acontecimentos, pois “[...] o mundo é independente de minha vontade” (TLP, aforismo 6.373, 1994, p.273).

É abordando a vontade no tocante a impossibilidade de interferência no mundo, seja no aspecto de que o querer no homem está determinado ou de que os fatos do mundo são independentes, que retomamos as considerações sobre Schopenhauer e posteriormente retomaremos Wittgenstein.

Para o autor do *O Mundo como Vontade e como Representação*, a partir do reconhecimento de que a essência do mundo é a vontade. De que não se pode influenciar nos objetos para os quais a vontade individualizada possui inclinação. O sujeito concluirá que os demais indivíduos também possuem carências e participam dos mesmos sofrimentos que vivencia. O reconhecimento de que todos os homens sofrem das mesmas necessidades possibilitará ao sujeito o exercício da compaixão, amor puro. Por meio dela, as ações do sujeito ganharão contornos de justiça, quando limitar a realização de suas ações a não interferência dos limites da vontade alheia. Porém, se não manter-se nos limites de sua vontade, cometerá injustiça, evidenciando o egoísmo inerente às suas ações.

Para o homem não há possibilidade de indiferença nas suas escolhas. Suas inclinações impossibilitam fazer escolhas independentes. Portanto não há liberdade, pois quem manda é o querer. Nesse sentido, não há como interferir na maneira como as vontades estão constituídas, restando para o sujeito, a partir do conhecimento da essência do mundo, somente a supressão da vontade, a abnegação de todo querer. A negação da vontade é acompanhada da supressão dos fenômenos. A

existência dos mesmos está relacionada com o sujeito que os representa, e uma vez suprimida a vontade, sujeito e objeto também desaparecem, em consequência também o mundo, restando apenas o nada. O que se obtém com essa abnegação, em razão da vontade pertencer a tudo que existe na natureza, é “[...] aquela paz superior a toda razão, aquela calma oceânica do espírito, aquela profunda tranqüilidade, confiança inabalável e serenidade jovial” (SCHOPENHAUER, 2005, p.519). Todavia o homem, negando a vontade, constantemente é “provocado” pela sua natureza, que se insurge para solicitar que sejam atendidas suas reivindicações.

Tendo em vista a não influência da vontade nas coisas que acontecem no mundo, em razão da indeterminação inerente as elas, Wittgenstein aponta para uma mudança que pode ser estabelecida na relação entre o sujeito e o mundo. Considerando que o mundo é a totalidade dos fatos e o limite do mesmo é linguagem, então a relação a ser estabelecida pelo sujeito com o mundo, no sentido ético, deve ser abordada sob outra perspectiva. É neste contexto que se insere o sujeito metafísico. Ao contrário do sujeito empírico, ele não é um fato no mundo, portanto não pode ser descrito, figurado pela linguagem. O sujeito metafísico é quem vai fazer a “operação” de reconhecer os limites da linguagem e estabelecer uma nova relação com o mundo, posicionando-se diante dele. Essa mudança será possível quando vencida a tendência em ultrapassar os limites do dizível, nas palavras de Martinez “[...] podemos dizer Schopenhaurianamente, que o sujeito precisa de um conhecimento para poder vencer essa tendência, mas esse conhecimento não é abstrato nem racional, mas sim intuitivo, e é aí que a importância da vontade se manifesta” (2001, p.174).

Para Wittgenstein a posição ética da vontade está relacionada à maneira como o sujeito metafísico se relaciona com o mundo. A atitude ética pode ser definida como aquela em que o homem aceita o mundo *sub specie aeterni*, como totalidade dos fatos, como o mundo passível de ser apreendido pela linguagem. Essa aceitação seria resultado do conhecimento intuitivo sobre como é o mundo, adequando-se a ele, conformando-se que existem questões problemáticas que a linguagem não alcança. Isso tem consequências para a felicidade e infelicidade do sujeito. O primeiro estado seria o resultado da concordância com o mundo tal qual ele é ele, totalidade dos fatos. Diferentemente, infelicidade seria a busca incessante em transgredir essa realidade.

A alternativa para o sujeito metafísico, frente à limitação da linguagem, no tocante a proposições com sentido sobre a ética, é o silenciar-se. A contemplação dos limites do dizível, permite-lhe intuir o mundo como totalidade dos fatos, bem como aceitá-lo enquanto o mundo dizível, silenciando-se sobre aquilo que não pode ser dito, permitindo-lhe uma sensação mística perante o mundo.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que em ambos os autores vontade e conhecimento constituem-se em duas categorias que norteiam a possibilidade de uma ética subjetiva. Não pretendíamos estabelecer vinculações filosóficas entre Wittgenstein e Schopenhauer, somente fazer uma reflexão a partir de suas filosofias. Entretanto, pudemos perceber que ambos expõem suas argumentações partindo de uma vontade que pode conhecer-se. Em Schopenhauer, o homem conhece uma vontade enquanto essência una do mundo e constata a falta que lhe é inerente. Já em Wittgenstein, o sujeito conhece que sua vontade é impotente para influenciar na maneira como as coisas acontecem no mundo.

Em Schopenhauer, o argumento central para a possibilidade ética revela-se numa questão metafísica. Requisita o conhecimento intuitivo por parte do homem da vontade como essência, fundamento do mundo e seu próprio. Já em Wittgenstein a ética vincula-se às questões da linguagem. Se os objetos da moral não podem ser logicamente figurados, então a ética surge mediante o conhecimento intuitivo do mundo como totalidade dos fatos. Para isso requer a “operação” do sujeito metafísico e sua vontade em concordar, permanecer nos limites do dizível.

#### 5. REFERÊNCIAS

- DALL'AGNOL, Darlei. **Ética e linguagem**: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora UNISINOS, 1995.
- PEREZ, Daniel Omar (Org.). **Ensaio de filosofia moderna e contemporânea**: Maquiavel, Descartes, Kant, Deleuze e Wittgenstein. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001 (Série Estudos Filosóficos).
- SOUZA, Elaine C. de; CRAIA, Eládio C. P. **Ressonâncias filosóficas**: entre o pensamento e a ação. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006 (Série Estudos Filosóficos).
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação**. Trad. Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- . **Sobre o fundamento da moral**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- . **O livre-arbítrio**. Trad. Lohengrin de Oliveira. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1994.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Lógico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2. ed. São Paulo: USP, 1944.

NOTAS

1 Mestranda em Filosofia Moderna e Contemporânea. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste - Campus de Toledo. E-mail: msdlima@gmail.com.

Recebido em: 23/05/2009.

Aprovado para publicação em: 05/09/2009.